

## Novo fôlego para o Instituto Internacional de Língua Portuguesa

PÁGINA 2



**Brasil**  
Retrospectiva  
de Pedro  
Costa

PÁGINA 3

**Curtas  
metragens  
na rede  
do IC**

PÁGINA 3

**Prémio de  
Dramaturgia  
Luso-  
Brasileiro**

PÁGINA 4

**BD  
portuguesa  
no Luanda  
Cartoon**

PÁGINA 4



# Novo fôlego para o Instituto Internacional de Língua Portuguesa



Sede do IILP Cidade da Praia, Cabo Verde

❖ O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) vai ter um director executivo escolhido por concurso internacional, quando o processo de reforma desta instituição, criada em 1989, ainda antes da fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estiver concluído, com o acolhimento na ordem jurídica dos Estados membros dos novos estatutos aprovados durante a cimeira de Luanda da CPLP, realizada em Julho.

O objectivo é dotar o IILP, que goza estatutariamente de autonomia científica, administrativa e patrimonial, dos meios necessários para a sua missão de promoção, difusão e projecção da língua portuguesa, partindo da assunção pelos governos da CPLP de que o Instituto, criado em São Luís do Maranhão, no Brasil, «não tem tido as condições propícias para o cumprimento adequado dos objectivos para que foi criado, não obstante o reconhecimento de esforços dos

sucessivos directores executivos».

A reforma do IILP, que incluiu também a aprovação de um novo regimento interno, prevê que o Instituto, cuja sede permanente se manterá na Cidade da Praia, em Cabo Verde, seja dotado de uma «estrutura de apoio» do director executivo, ou seja, um quadro de pessoal técnico, que até agora não existia.

No que diz respeito ao futuro director executivo, este será «recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros» por concurso internacional e terá «um mandato de três anos, renovável, uma única vez», indicam os novos estatutos. A sua acção será apoiada pelo novo Conselho Estratégico – que substitui o Conselho Científico – «composto por representantes de todos os Estados membros e pelo secretário executivo» da CPLP.

Enquanto os novos estatutos não entram em vigor, o Conselho de Ministros da CPLP, constituído pelos chefes das diplomacias dos

oito, reunido em Luanda durante a cimeira, nomeou o actual director do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Gilvan Müller de Oliveira, indicado pelo Brasil, como director executivo do IILP, substituindo no cargo a angolana Amélia Mingas, objecto de uma declaração de apreço por parte dos governos da CPLP pela forma como exerceu suas funções durante 4 anos. Dada a importância de o Instituto responder, nomeadamente, às missões que lhe foram fixadas pelo Plano de Acção de Brasília, agora ratificado pela cimeira de Luanda, os ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP decidiram «mandatar o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo [da CPLP] a manter sob exame soluções transitórias que permitam dotar o IILP, de forma gradual, dos recursos humanos e financeiros necessários». Uma «apreciação das soluções transitórias encontradas para o IILP» deverá, aliás, constar do

relatório anual do secretário executivo da CPLP, o guineense Domingos Pereira, reconduzido no cargo.

## 209 MIL EUROS

Para já, o Conselho de Ministros aprovou o «orçamento de funcionamento» do IILP, no montante de 209 mil euros, bem como a repartição das contribuições dos países membros – Portugal e Brasil (30% cada), Angola (15%), Cabo Verde e Moçambique (8% cada) e Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (3% cada).

Os estatutos prevêem que os recursos financeiros do IILP sejam «assegurados por contribuições, doações e outros valores ou bens de procedência governamental, de organizações internacionais, de entidades públicas ou de entidades privadas, bem como por recursos provenientes de um Fundo Especial da CPLP para a Língua Portuguesa e por receitas próprias».

Quanto ao Plano de Acção para a Promoção, a Difusão e a Projecção

da Língua Portuguesa, traçado na I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Março, em Brasília, a cimeira da Luanda decidiu que ele será «implementado no decurso da presidência angolana», sempre «levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros».

O plano aponta, nomeadamente, para a introdução da língua portuguesa como idioma de trabalho das Nações Unidas, com a publicação em português de documentos da Assembleia-geral e do Conselho de Segurança.

No âmbito desse plano, o IILP deverá intervir – diversas vezes em concertação com o secretariado da CPLP –, no desenvolvimento da tradução e interpretação de e para a língua portuguesa, criando, nomeadamente, um cadastro internacional de tradutores e intérpretes no seu sítio na internet.

O levantamento e avaliação dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa em diversos contextos e o apuramento do «perfil de saída dos alunos de língua portuguesa ao final do ensino básico e médio/secundário»,



**A reforma do IILP (...) prevê que o instituto (...) seja dotado de uma «estrutura de apoio» do director executivo, ou seja, um quadro de pessoal técnico, que até agora não existia.**

para examinar a viabilidade de adopção de marcos de referência comuns para a avaliação de competências em língua portuguesa, são outras tantas missões definidas pelo documento de Brasília que deverão constar do plano estratégico que o IILP terá de aplicar «a curto e médio prazo».

O IILP criará ainda «uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português», que compreenderá uma «rede virtual de professores de português» e «recursos didácticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação».

As tarefas do IILP, aprovadas em Luanda, prevêem ainda que desempenhe um papel coordenador na produção em formato electrónico um «Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país», e promova «um concurso para revelação de autores inéditos em língua portuguesa».

## Retrospectiva integral de Pedro Costa no Brasil

A obra do realizador português Pedro Costa (n. 1959), apresentado como «o maior director do novo cinema português», vai ser mostrada ao público brasileiro em São Paulo (1 a 15 de Setembro), Rio de Janeiro (11 a 23 de Setembro) e Brasília (14 a 26 de Setembro), com o apoio do Instituto Camões (IC).

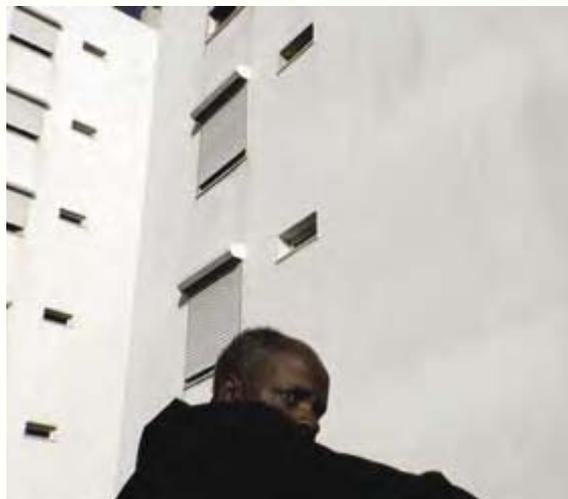
A retrospectiva integral, com os 10 filmes (sete longas-metragens e três curtas-metragens, em mais de 20 anos de produção) do cineasta português, terá lugar no Centro Cultural do Banco do Brasil, uma instituição de referência ligada às artes no Brasil, com pólos nas três cidades.

Embora os organizadores brasileiros digam que o cineasta português tem «uma obra pequena e um tanto clandestina», retrospectivas da obra de Pedro Costa tiveram recentemente lugar na Tate Gallery (em 2009), em Londres, e na Cinemateca Francesa, em Janeiro passado, e o autor é estudado nas universidades norte-

americanas.

Com o apoio do IC, as sete longas-metragens do realizador foram também exibidas, legendadas em inglês, no Festival Internacional de Cinema de Jeonju (Coreia do Sul), em Abril-Maio passado, e o seu último filme *Ne change Rien*, foi apresentado este mês no Eurospace, em Shibuya, Tóquio, com a presença do realizador, no quadro das celebrações do 150º aniversário do Tratado luso-nipónico.

A retrospectiva sobre Pedro Costa - que se deslocará a São Paulo para participar num debate sobre a sua obra e apresentar uma instalação na 29ª Bienal de São Paulo, cuja lista de artistas integra - compreende ainda a rubrica 'Carta Branca', com quatro filmes escolhidos pelo próprio cineasta e que influenciaram sua obra - *Genet da Sicília*, de Straub e Huillet, *Beauty #2*, de Andy Warhol, *Número Zero*, de Jean Eustache, e *Trás-os-Montes*, de António Reis e Margarida Cordeiro, dois cineastas



Juventude em Marcha (fotograma) Pedro Costa, 2006

portugueses com quem partilha uma espécie de 'antropologia visual', no dizer dos artigos da Wikipédia.

A curadoria da mostra está a cargo de Daniel Ribeiro Duarte, realizador de cinema, que desenvolve um projecto de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa com o tema *Comunidade e*

*contemporaneidade no cinema de Pedro Costa*. Foi responsável pela primeira retrospectiva de Pedro Costa no Brasil no forumdoc. bh.2007.

Pedro Costa, segundo os organizadores da mostra, construiu «uma das mais sólidas e enigmáticas carreiras do cinema contemporâneo. Sua obra resiste

a qualquer tipo de classificação. Com uma dedicação inédita, Costa aborda temas como a migração, a pobreza e a globalização filmando a vida dos imigrantes pobres que vivem nos chamados 'bairros de lata' de Lisboa, muitos deles imigrantes de Cabo Verde. Mas seu trabalho transcende pela beleza descomunal de seus planos, a precisão da montagem e a intimidade sem precedente dos retratos apresentados».

Historiando a evolução da obra de Pedro Costa, os organizadores da mostra de São Paulo dizem que depois de *Ossos* (1997), «seu último filme com grande estrutura de produção, o cineasta se decepcionou com toda a maquinaria do cinema» e, a partir de *No quarto da Vanda* (2000), «recusa o sistema tradicional de produção», passando a filmar com amigos e actores não-profissionais. «Como resultado, seus filmes tensionam e destroem, a cada plano, a divisão entre os territórios da ficção e do documentário», sublinham.

Também «o uso que o cineasta faz de câmaras digitais portáteis para um discurso tão elaborado faz de seus filmes uma espécie de manifesto do cinema moderno e contemporâneo, prova de que o cinema ainda pode ser livre e comprometido, político e poético, ético e estético».

## Dez anos de curtas-metragens em itinerância pela rede do IC

Dez anos de curtas-metragens portuguesas, que integram o programa *Agência - Uma Década em Curtas!*, estão em itinerância pela rede de leitorados, centros de língua portuguesa e centros culturais do Instituto Camões (IC), ao abrigo de um protocolo celebrado com a Agência da Curta Metragem (ACM).

Do programa constam nomes como Sandro Aguilár, Miguel Gomes, João Carrilho, João Nicolau, Joana Toste, Cláudia Varejão, Edgar Pêra, José Miguel Ribeiro e muitos outros. Alguns deles com mais de uma obra, como é o caso do realizador de *Aquele Querido Mês de Agosto* (quatro títulos). Ao todo, são 50 filmes agrupados em 13 temas, o mesmo é dizer em 13 sessões, que duram entre 60 e 90 minutos.

Uma apresentação formal do programa ocorreu no final de Abril passado, em Lisboa e no Porto, altura em que foi difundida uma brochura com o catálogo dos filmes e textos de apresentação. Agora, o programa, seja na sua totalidade seja parcialmente, entrou numa fase de mais intensa internacionalização através da rede do

IC, na sequência do protocolo.

Depois de, em Maio, alguns dos filmes terem sido exibidos na Alemanha pela mão do IC, já a partir de Setembro o programa será projectado na Polónia e em Cabo Verde, seguindo-se em Outubro a Espanha, a Estónia e os Estados Unidos. Em Novembro será na Croácia, Moçambique e Índia (Goa). Leitorados e centros de língua portuguesa do IC na Turquia, Suécia, França, Finlândia, Hungria, Holanda e Venezuela, a embaixada de Portugal na Dinamarca e o Centro Cultural Português de Tóquio (Japão) integram também esta mostra na sua programação.

A exibição de uma selecção de obras, «reunindo o conjunto de alguns dos filmes mais emblemáticos que compuseram» o catálogo da ACM foi a forma escolhida por esta associação, nascida do movimento criado pelo festival de curtas-metragens de Vila Conde, para assinalar os dez anos da sua existência.

Dez anos que marcam o ponto temporal intermédio da ascensão da curta-metragem portuguesa, consideram os responsáveis da



História Trágica com Final Feliz (fotograma) Regina Pessoa, 2005

agência. «A curta-metragem portuguesa cresceu em visibilidade e em condições de produção nos últimos vinte anos, a ponto de, no início da década, se ter aventado a possibilidade de uma 'Geração Curtas'. Fruto dessa explosão, surgiram novas estruturas de produção e novos canais de distribuição e exibição», entre os quais a ACM, «que promove, programa e distribui a produção nacional de curta-metragem», lê-se num texto da própria agência.

Apesar de a ACM ter sido constituída formalmente em 1999, ano em que ocorreram duas ou

três acções pontuais, o período considerado para a selecção dos filmes situou-se entre 2000, ano em que as acções já decorrem «de uma forma sustentada», e 2009, explica Davide Freitas, um dos responsáveis pela distribuição e relações internacionais da agência. «Na composição dos programas, achámos que era muito mais representativo aquilo que foram as obras que compuseram o período de 2000-2009».

«A ideia que esteve na base da concepção do programa foi apresentá-lo como sendo um 'cardápio' daquilo que entende-

mos ser mais interessante, mais representativo de algum do percurso da agência ao longo destes 10 anos. Neste sentido, a ideia é que o programador ou o exibidor tenha a faculdade de poder fazer a sua própria programação em função daqueles 13 programas ou de uma parte deles».

A selecção dos 50 filmes foi feita, segundo o responsável da ACM, de uma maneira «mista», querendo isto dizer que «inclui filmes que foram marcantes para o percurso da agência ao longo destes dez anos - marcantes no sentido do envolvimento que a agência teve em termos de distribuição de curtas-metragens a nível nacional e internacional» - e «todo um outro conjunto de curtas-metragens que, à data em que foi composto o programa, revelavam um potencial que lhes daria um estatuto semelhante aquelas que já estavam a ser destacadas».

A composição específica de cada um dos 13 programas, - que têm nomes tão evocativos como *Pais "Saudade"*, *Retratos, Música no Coração*, *Na Família*, *Dez Anos de Animação*, *Evasão*, *Fluxos*, *Afectos*, *Entre o Sono e o Sonho*, *Fora de Água*, *Travelogues*, *Lost in Art* e *Experimental* - resultou da escolha de alguns dos filmes de maior destaque no catálogo da agência como pólos temáticos agregadores de diversas obras, explica Davide Freitas, acrescentando que esta se trata de uma «leitura possível» dos programas, mas não a «única».

## 4ª edição do Prémio de Dramaturgia Luso-Brasileiro

Até 20 de Setembro próximo está aberto o período de inscrição e recepção de textos candidatos à 4ª edição do Prémio de Dramaturgia Luso-Brasileiro *António José da Silva*, co-organizado pelo Instituto Camões (IC) e pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), do Brasil, tendo como parceiros a Direcção-Geral das Artes de Portugal e o Teatro Nacional D. Maria II (TNDMII).

O prémio anual, de 15 mil euros, tem como principal objectivo incentivar o aparecimento de novos dramaturgos de Língua Portuguesa, podendo a ele concorrer cidadãos de Portugal e do Brasil.

Além do prémio monetário, o concurso prevê a edição do texto galardoado e a sua representação em ambos os países, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores.

Criado em 2006, num âmbito de um protocolo de parceria entre as diversas entidades envolvidas, o prémio pretende «incentivar a escrita dramática em todos os seus géneros (teatro para adultos, teatro para a infância e juventude, etc.) e o aparecimento de novos dramaturgos de língua portuguesa, reforçando as parcerias de desenvolvimento e cooperação cultural entre Portugal e o Brasil».

O concurso, aberto simultaneamente em Portugal e no Brasil, prevê uma primeira fase, em que júris nacionais seleccionarão entre os textos concorrentes, em cada país, quatro obras dramáticas. Em Portugal, o júri nacional é designado pelo IC (que nomeia o presidente do júri), pela Direcção-Geral das Artes e pelo TNDMII. No Brasil, a comissão de selecção é toda ela indicada pela FUNARTE.

Segundo o regulamento, os oito textos assim apurados passam a uma segunda fase, em que serão apreciados por um júri comum aos dois países que determinará o vencedor.

A reunião deste júri, que é presidido alternadamente por um brasileiro e por um português com direito a voto de qualidade, em caso de empate, tem tido lugar por meio de videoconferência realizada entre Portugal e o Brasil. Na edição deste ano, o presidente do júri é indicado pelo Brasil.

Os textos admitidos a concurso terão de ser originais, não sendo aceites adaptações de obras de outros autores nem obras póstumas, mas cada concorrente pode enviar «um ou mais textos originais, em língua portuguesa, não editados e não encenados». Os textos também não poderão ser divulgados por quaisquer meios, total ou parcialmente, até à data da publicação do resultado da selecção.

José Maria Vieira Mendes (Portugal) foi o vencedor da 1ª edição do Prémio, em 2007, com a peça *A Minha Mulher*, posta em cena pelo TNDMII com encenação de Solveig Nordlund. Na 2ª edição, em 2008, o vencedor foi Fábio Mendes (Brasil), com o texto *The Cachorro Manco Show*, um monólogo encenado por Moacyr Chaves, no Brasil, e apresentado em Lisboa, no TNDMII. O dramaturgo português Abel Neves ganhou a 3ª edição, em 2009, com a peça *Jardim Suspense*, levada ao palco do 'D. Maria' por Alfredo Brissos.

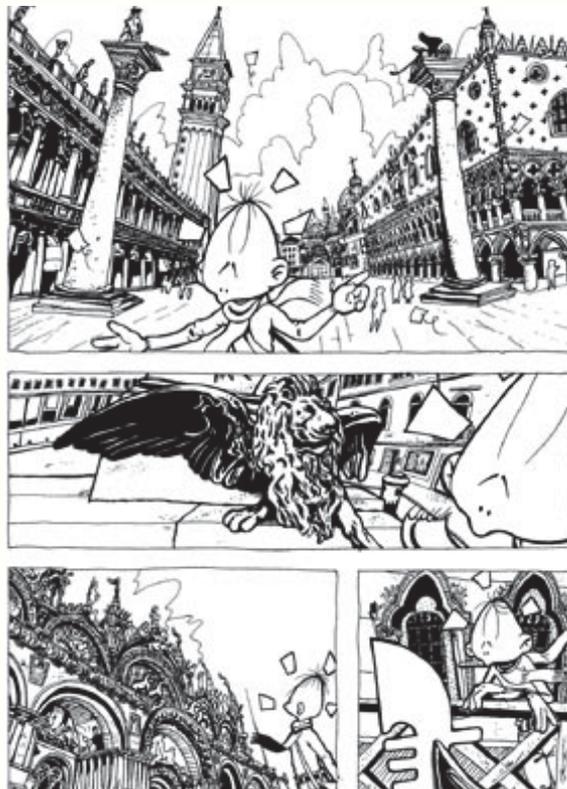
## Michael M. Kaiser apresenta Seminário de Gestão Cultural

O Ministério da Cultura, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e o Instituto Camões, organiza, no dia 14 de Setembro, no Centro Cultural de Belém, um Seminário de Gestão Cultural apresentado por Michael M. Kaiser, reputado nome na área da Gestão Cultural e presidente do Kennedy Center for the Performing Arts de Washington, EUA.

O seminário abordará importantes temas da Gestão Cultural, discutirá práticas correntes nos EUA e a forma como as mesmas poderão ser relevantes para as organizações culturais portuguesas. A decorrer entre as 9h00 e as 13h30, serão aqui abordados os seguintes temas: Planeamento Estratégico, Marketing Programático e Institucional, Fundraising e Planeamento Artístico. A inscrição é gratuita (sujeita à lotação da sala) e poderá ser feita até 7 de Setembro.

Este seminário é leccionado em inglês e destina-se a todos os profissionais das Artes e da Cultura que exerçam funções de Gestão Cultural, quer integrados em organizações culturais, quer como free-lancers.

# BD feita em Portugal no Luanda Cartoon



A Essência, da série O Menino Triste João Mascarenhas

«Não há propriamente uma BD (Banda Desenhada) portuguesa. Há uma BD feita em Portugal – é esta, em síntese, a opinião de João Mascarenhas, o autor português de *O Menino Triste*, convidado especial do 7º Festival Internacional de Banda Desenhada e Animação “Luanda Cartoon”, a decorrer até sexta-feira, co-organizado pelo estúdio Olindomar e pelo Centro Cultural Português/Instituto Camões da capital angolana, com direcção do cartoonista angolano Olímpio de Sousa. Em Portugal, actualmente, «a diversidade de estilos é tal que será difícil ‘reconhecer’ uma BD como tendo uma característica estritamente nacional, contrariamente, por exemplo, ao que existe no Japão com a *mangá* ou nos Estados Unidos com os *comics*», diz João Mascarenhas, que publica desde 1983, tendo começado pela revista *Esboco*, de Coimbra.

Mas, inserindo-se no «mosaico multicolor» de estilos e tendências que caracterizam hoje em dia a BD mundial, os autores portugueses, que se expressam internamente

«sobretudo através de publicações amadoras (os fanzines), na internet, e de um ou outro álbum de cariz profissional», apresentam uma «capacidade tal, que facilmente se adaptam» a diversos estilos, «e com imenso êxito», inclusivamente no exterior, «não apenas pela sua qualidade, mas também porque têm um ritmo de produção que se adequa a esses mercados», refere João Mascarenhas. Essa capacidade de adaptação está patente no próprio posicionamento que assume. «Sou um pouco “camaleão” na BD, ou seja, adapto o meu traço à natureza do tema da história que desenho, indo de um estilo mais caricatural até a um mais realista». Em seu entender, existe ainda um «grande universo» inexplorado – o mundo de expressão portuguesa, «em que se poderiam colocar e circular as obras dos vários países que utilizam a língua de Camões. Então aí sim, poderíamos falar de uma BD de língua portuguesa, num sentido mais vasto». Falando ainda antes de viajar para Angola, onde no âmbito do Luanda Cartoon está patente uma

selecção dos seus trabalhos, João Mascarenhas considerou, tendo em conta o que viu da BD angolana, «existem alguns autores com bastante talento». Sobretudo, gosta do «entusiasmo que circula em volta da BD, não apenas dos autores mas do público também». «Acho que através do Festival ‘Luanda Cartoon’, Angola tem uma oportunidade imensa de fazer chegar a 9ª Arte ao grande público, e com isso criar e trazer cada vez mais leitores e amantes da Banda Desenhada para o meio. A sua participação no festival compreenda ainda a realização de oficinas de trabalho sobre BD, sessões de autógrafos e contacto com autores e público. «Tenho também algumas ideias em mente para falar com alguns autores angolanos, para desenvolver à posteriori. A possibilidade de trabalhos conjuntos, a publicação de fanzines, quer em Portugal quer em Angola fazem parte da «miríade de possibilidades». «Vamos ver quais as mais exequíveis. Tenho também alguns pedidos pessoais de autores e editores portugueses que farei chegar aos autores angolanos».

Além de João Mascarenhas, outro profissional português, Filipe Melo, participa no Luanda Cartoon, juntamente com Marcelo D’salete e Gabriel Rocha (Brasil) e Adjim Danngar (Chade).

A programação prevê a exposição de 60 obras em banda desenhada, cartoons e caricaturas, de artistas angolanos e estrangeiros, a realização de oficinas de trabalho, lançamentos e vendas de materiais ligados à banda desenhada, assim como sessões de autógrafos.

A realização de *Cartoon Party – After Party*, uma festa na Ilha de Luanda, com sessão de caricaturas ao vivo e um espectáculo de música hip-hop, denominado *Pocket Show*, são os eventos de destaque do festival, iniciado em 2005, ano em que tiveram lugar as primeiras três edições, tornando-se depois um acontecimento anual.



### Instituto Camões

Rua Rodrigues Sampaio, 113  
1150-279 Lisboa  
TEL. 351+213 109 100  
FAX. 351+213 143 987  
www.instituto-camoes.pt  
jlenkarte@instituto-camoes.pt  
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho  
COORDENAÇÃO Mário Filipe  
COLABORAÇÃO Carlos Lobato;  
Ricardo Neves